



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Recurso de agravo nº 197387-9/01 - Comarca do Recife ✓

Agravante: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - FUNAPE.

Agravada: Maria Lúcia de França de Souza.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. PARIDADE DE PENSÃO ENTRE ATIVOS E INATIVOS. INCORPORAÇÃO DE VALE REFEIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A pensão de beneficiários de servidor falecido deve corresponder ao *quantum* que perceberia o servidor se na ativa estivesse, conforme disposição do art. 40, § 5º, da CF. 2. Gratificação de produtividade não possui caráter *propter laborem* devendo ser paga a pensionista no mesmo valor que é percebido pelos servidores da ativa. 3. O vale refeição possui caráter indenizatório, motivo pelo qual, pensionistas e aposentados não possuem direito de percepção aos valores pagos a este título. 4. No caso *sub judice*, da certidão emitida pela JUCEPE, às fls. 18, do montante que perceberia o falecido esposo da agravada constam os valores referentes a vale refeição, motivo pelo qual, quando da equiparação da pensão da agravada àquela quantia devem ser excluídos os valores pagos a título de vale refeição, razão pela qual não considero vulnerados os arts. 40, § 8º, da CF e 19, § 3º, da Lei nº 12.747/05. 5. Recurso parcialmente provido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 197387-9/01, acima referenciados, julgados nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar-lhes provimento parcial, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de *dez* de 2009

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Presidente Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Recurso de agravo nº 197387-9/01 – Comarca do Recife**

**Agravante:** Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - FUNAPE.

**Agravada:** Maria Lúcia de França de Souza.

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que negou seguimento ao reexame necessário e à apelação cível apensados, no sentido de garantir à agravada o pagamento paritário entre a sua pensão e o que perceberia seu marido se vivo fosse, incluindo o pagamento da Parcela Variável de Remuneração (PVR).

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois a agravada requer a incorporação de verbas *propter laborem*, tais quais, vale-refeição e gratificação de produtividade, prequestionando-se os arts. 40, § 8º, da CF e 19, § 3º, da Lei nº 12.747/05, ditos violados.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento do reexame necessário e da apelação cível com seu regular seguimento.

É o relatório.

**VOTO**

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

(...)

Nos termos da Súmula nº 67 deste sodalício, "para fins de regra de paridade, a PVR, instituída pela Lei Estadual nº 11.333/96, por qualquer de suas modalidades, é extensível a aposentados e pensionistas, inclusive por decisão liminar", já que integra a verba salarial do servidor em atividade e como tal deve ser estendida aos inativos e pensionistas, como na espécie que ora se revisa obrigatoriamente. De minha relatoria são reiterados os precedentes no mesmo sentido, razões pelas quais, na linha do parecer da Procuradoria de Justiça, com arrimo no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao reexame necessário e declaro prejudicado o apelo, não considerando vulnerados os arts. 40, §§ 7º e 8º, da CF e 19, § 3º, da Lei nº 12.747/05.

Segundo o agravante as verbas pleiteadas pela pensionista são de caráter *propter laborem*, motivo pelo qual não podem ser incorporadas a sua pensão.

Dispõe o art. 40, § 8º, da CF que o valor da pensão percebida por beneficiário de ex-servidor deve corresponder ao mesmo montante que este perceberia se vivo e na ativa estivesse, conforme arestos adiante ementados:

210 18  
C

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR INATIVO - EQUIPARAÇÃO - ART. 40, § 8º, CR/88 - MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO ANTES DA ALTERAÇÃO REALIZADA PELA EC 41/2003 - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - DECISÃO MONOCRÁTICA LASTREADA EM JURISPRUDÊNCIA CORRENTE - AGRAVO IMPROVIDO. 1. Não cabe a revisão da decisão monocrática, quando resta refletida, nesta, jurisprudência corrente da Corte. 2. Conforme orientação pacificada pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, as vantagens concedidas aos servidores em atividade devem ser estendidas aos aposentados, por força do disposto no § 8º, do art. 40, da Constituição Federal de 1988. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no RMS 17422, T6, Rel. Min. Paulo Medina, DJ de 18/08/2005, com diversos precedentes do STJ citados no mesmo sentido).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO E VENCIMENTOS. EQUIPARAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. OFENSA AO ART. 131 DO CPC NÃO CONSTATADA. MOTIVAÇÃO APRESENTADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. MANDADO DE SEGURANÇA. EFEITOS PATRIMONIAIS PRETÉRITOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 271/STF. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A indicação genérica de ofensa ao art. 535, II, do CPC, sem particularizar qual seria a suposta omissão do Tribunal de origem que teria implicado ausência de prestação jurisdicional, importa em deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF. 2. O acórdão recorrido apresentou fundamento suficiente para a concessão da segurança, ao assentar que o art. 40, § 8º, da Constituição Federal garante a equiparação entre os vencimentos dos servidores ativos e os proventos dos inativos/pensionistas. Inexiste, portanto, contrariedade ao art. 131 do CPC. 3. É firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o mandado de segurança não se presta para reclamar a concessão de efeitos patrimoniais pretéritos, anteriores a sua impetração. Incidência da Súmula 271/STF. 4. Recurso especial conhecido e parcialmente provido (REsp 747610/MG, T5, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 06/09/2007).

Todavia não deve ser incorporada a pensão de viúva de ex-servidor os valores referentes a vale refeição, posto que tal benefício possui o caráter indenizatório pelo trabalho em dois turnos, devendo ser pago apenas aos servidores ativos que laborarem mais de seis horas diárias.

Neste mesmo sentido é o entendimento do STJ, abaixo colacionado:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. EX-FERROVIÁRIOS. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. EXTENSÃO AOS INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER INDENIZATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Os servidores aposentados não têm direito ao auxílio-alimentação ou vale alimentação, na medida em que se destina a cobrir os custos de refeição devida exclusivamente ao servidor que se encontrar no exercício de suas funções, não se incorporando à remuneração nem aos proventos de aposentadoria, por se tratar de verba indenizatória (AgRg no REsp. 639.289/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 12.11.2007). 2. Agravo Regimental desprovido (AgRg no Ag 1076490/PR, T5, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ de 19/03/2009).

Verifica-se às fls. 18, que a certidão do montante que perceberia o falecido esposo da agravada se na ativa estivesse inclui os valores referentes ao

D

214 19  
vale refeição, os quais correspondiam em agosto/2006 a R\$ 308,00 (trezentos e oito reais), assim sendo tal quantia não deve ser incorporada a pensão da agravada.

Diante de todo exposto dou provimento parcial ao presente recurso de agravo, unicamente para determinar a não incorporação dos valores pagos a título de vale refeição do benefício da agravada, não considerando vulnerados os artigos explicitamente prequestionados.

É como voto.

Recife, 17 de dez de 2009

*Des. Ricardo Daes Barreto*  
*Relator*